



Marcada audiência final sobre escalas da Rota Sul



Trabalhadores sofreram assédio moral da empresa, diz a ação do sindicato

Será no dia 16 de novembro em Porto Alegre (RS), às 11 horas, na 14ª Vara do Trabalho, a audiência final da ação trabalhista relativa à mudança de escala dos vigilantes da Rota Sul, de 12x36 para 4x1, no posto da Corsan. A empresa promoveu a alteração de forma unilateral, desrespeitando a CLT e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que não prevê esta escala. Representando a categoria, o Sindivigilantes do Sul busca o retorno à escala original.

O advogado Maurício Vieira da Silva, assessor jurídico do Sindivigilantes do Sul, está otimista e acredita que há boas chances de se reverter esta situação e voltar a valer a 12x36 para os trabalhadores da empresa. Serão ouvidas testemunhas e foi solicitado à Corsan que apresente documentos bem como a perícia dos

documentos onde vigilantes teriam aceitado a troca de horários.

A ação inicial, movida pelo Sindivigilantes do Sul, argumenta que, além de ilegal, a mudança causa sérios prejuízos aos vigilantes do posto, uma vez que ficam impedidos de ter uma segunda fonte de renda, prejudica sua rotina familiar e reduz a sua remuneração, por causa da perda de parte do adicional noturno e redução de horas extras da hora intervalar. Também existe o risco causado pela dificuldade de transporte, uma vez que o posto localiza-se em lugar de difícil acesso.

Dia ainda a inicial que a forma como a Rota Sul procedeu a alteração “acarretou em evidente ato de assédio moral ao obrigar os trabalhadores a firmarem documento de alteração de jornada sem que essa fosse a vontade deles, posto que foram ameaçados de serem demitidos caso assinassem”.

Reforçando a ação, foi apresentado pelo sindicato um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho e a Dielo Serviços de Portaria Ltda., de 2014, onde é considerada válida a escala 12x36, enquanto prevalecer a súmula 444 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata da jornada diferenciada de trabalho.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Fenaban propõe 8% mais abono de R\$3,5 mil neste ano. Para 2017, reposição da inflação e 1% de aumento real

Comando Nacional dos Bancários orienta aprovação da proposta nas assembleias desta quinta-feira (6)



Décima rodada de negociação ocorreu em São Paulo - Jailton Garcia / Contraf-CUT

Com 30 dias de greve histórica e grande mobilização nacional da categoria bancária, a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) apresentou nesta quarta-feira (5), em São Paulo, uma nova proposta para o Comando Nacional dos Bancários. O acordo de dois anos prevê 8% de reajuste mais abono de R\$3,5 mil, em 2016. No vale-alimentação o reajuste proposto é maior, de

15% e no vale-refeição e no auxílio creche/babá é de 10%. Para 2017, a Fenaban aceitou repor integralmente a inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas. O Comando Nacional dos Bancários orienta aprovação da proposta e os sindicatos realizam assembleias nesta quinta-feira (6) em todo o país.

Dentro da Campanha Nacional deste ano, a defesa do emprego está entre as prioridades, sendo tema constante de debate com a Fenaban. Neste sentido, a negociação conquistou a instalação de um Centro de Realocação e Requalificação Profissional nos bancos. Com participação bipartite, o projeto vai buscar realocar os funcionários ameaçados pela reestruturação em um determinado local, criando possibilidades de serem transferidos para outras áreas da própria instituição e assim evitar demissões.

Sobre os dias parados durante a greve, a Fenaban insistia na compensação de todos, sem prazo limite. Mas o Comando Nacional não aceitou a postura dos banqueiros e conseguiu arrancar, na mesa de negociação, o abono total dos dias parados. A Fenaban disse, porém, que proposta só vale até as assembleias desta quinta-feira (6), com retorno ao trabalho na sexta-feira (7).

Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT e um dos coordenadores do Comando Nacional dos Bancários, avalia que os bancários saem vitoriosos de uma das campanhas mais difíceis dos últimos anos, impactada pela conjuntura política e econômica do país.

“A primeira proposta de Fenaban que reajustava nossos salários em 6,5% foi apresentada no dia 29 de agosto, em plena efervescência política do processo de impeachment, que aconteceria dois dias depois. Iniciamos nossa greve com um novo governo, que estabeleceu medidas e ajustes que prejudicaram as nossas reivindicações. Os banqueiros insistiram em um modelo aplicado nos anos 90 na Era FHC de reajustar salários abaixo da inflação e conceder abono para compensar a diferença”, ressaltou Roberto.

O presidente da Contraf-CUT também destacou a discussão sobre um novo modelo de acordo que não resultasse em retrocesso para a

categoria. “O debate de um modelo diferente, que garantisse que aquela velha fórmula não voltaria em 2017 apareceu no cenário e foi considerado importante pelo Comando. A presença dos bancos públicos na CCT de 2017 e a garantia de reajuste acima da inflação para todos era fundamental. Debatido com os bancos, foi garantido pela unidade nacional, pela nossa mobilização e pela forte greve. Garantimos ainda avanços no VA, VR e Auxílio Creche/Babá. Garantimos a extensão dos direitos e valores para todos os bancos públicos, diferente dos anos 90, mas uma vitória inédita foi a garantia do não desconto e da não compensação dos dias da greve, um instrumento medieval de punição dos grevistas”, avaliou, ao falar também da luta dos bancários contra ações que tentaram enfraquecer a greve. “Foi uma luta desigual onde os bancos utilizaram todo o seu arsenal: a mídia, as associações comerciais, o judiciário, os interditos, as ameaças, a boataria e os constrangimentos. Nada disso derrotou a nossa greve da qual nos orgulhamos muito. Queremos sair dela com a nossa dignidade intacta e com o sentimento de que fizemos o nosso melhor. A luta nos garantiu”, reforçou Roberto von der Osten.

Durante a décima rodada de negociação, os bancos também concordam em implantar a licença-paternidade de 20 dias, conforme lei sancionada neste ano, durante o governo Dilma Rousseff.

Greve histórica

Nesta quarta-feira (5) a greve se manteve forte, 13.123 agências e 43 centros administrativos tiveram as atividades paralisadas, o que representa 55% dos locais de trabalho em todo o país. “Fizemos uma greve forte e, em um ambiente de alta incerteza política e econômica, a categoria garantiu ganho real em 2017 e

para este ano manteve a valorização em itens importantes como vale alimentação, refeição e auxílio creche. Garantimos também a não compensação dos dias parados e o Comando vai orientar a aprovação nas assembleias”, disse Juvandia Moreira, vice-presidenta da Contraf-CUT e uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

Proposta dos bancos

Reajuste de 8% e abono de R\$ 3.500,00 em 2016.

Reposição integral da inflação (INPC/IBGE), mais 1% de aumento real em 2017 para os salários e todas as verbas.

PLR 2016

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 2.183,53 limitado a R\$ 11.713,59. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 25.769,88

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 4.367,07.

Antecipação da PLR – Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva. Regra básica - 54% do salário reajustado em setembro de 2016, mais fixo de R\$ 1.310,12, limitado a R\$ 7.028,15 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro. Parcela adicional equivalente a 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2016, limitado a R\$ 2.183,53.

PLR 2017

Para PLR e antecipação da PLR- mesmas regras, com reajustes dos valores fixos e limites pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%, com data de pagamento de pagamento final até 01/03/2018.

Pisos 2016

Piso portaria após 90 dias - R\$ 1.487,83.

Piso escritório após 90 dias - R\$ 2.134,19.

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.883,01 (salário mais gratificação, mais outras verbas de caixa).

Vales e Auxílios 2016

Auxílio-refeição - R\$ 32,60.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 565,28.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 434,17.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 371,43.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 165,65.

Requalificação profissional - R\$ 1.457,68.

Auxílio-funeral - R\$ 978,08.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 145.851,00.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 102,09.

Vale-Cultura, valor de R\$50,00, mantido até 31/12/16.

2017 - Os valores vigentes em 31/08/2017 serão reajustados pelo INPC/IBGE de setembro/2016 a agosto/2017, acrescido de aumento real de 1%.

Fonte: Contraf-CUT



Golpistas entregam pré-sal e quitam outra parcela do golpe



Petroleiros protestam na Câmara contra entrega do pré-sal

Diz o ditado que não há almoço grátis e o Brasil pagou caro aos financiadores do golpe. Por 292 votos a favor e 101 contra, o Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (5) o PL 4.567/2016 (Projeto de Lei) que retira da Petrobrás a obrigatoriedade de ser a operadora única do pré-sal.

A proposta de autoria do atual ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), José Serra, também determina o fim da participação mínima de 30% da empresa brasileira nos campos licitados e abre as portas para o capital estrangeiro explorar mais essa riqueza nacional.

Após a votação dos destaques, o projeto segue para a sanção presidencial e dependerá apenas de Temer para ser implementado. A expectativa, porém, é que sejam rejeitados,

pois, em caso de aprovação, voltam ao Senado e a base do governo não quer perder tempo.

Coordenador da FUP (Federação Única dos Petroleiros), José Maria Rangel, aponta que foi quitada hoje mais uma parcela do carnê do golpe.

“A primeira duplicata foi paga hoje com a abertura do pré-sal, a próxima vem na semana seguinte, quando vai à votação a PEC 241 – que congela os investimentos em serviços públicos por 20 anos. Viveremos uma sequência de ataques à classe trabalhadora e aos direitos sociais nunca visto na história deste país.”

Para Rangel, os efeitos de mais esse funeral dos direitos trabalhistas no país serão sentidos em breve. “O pré-sal é a última oportunidade que temos de ter um país mais justo e com oportunidades para todos. Os entreguistas não

têm argumentos para entregar o pré-sal e ficam se apegando à história de que a Petrobrás está quebrada, algo que demonstramos ser uma mentira. Infelizmente, argumentos ali não valiam.”

Mobilização

A semana foi mais uma de intensas mobilizações comandadas pela CUT e pela FUP que não conseguiram reverter com informações um julgamento de cartas marcadas.

A votação do PLP 4.567 foi tumultuada e os parlamentares da base do governo tiveram de defender a entrega do pré-sal aos gritos de ‘golpistas’ e ‘entreguistas’. Nas galerias, o clima na Câmara continua hostil como era com o ex-presidente da casa, o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

“Essa cadeira (da presidência da Câmara) ultimamente parece amaldiçoada. A Casa segue extremamente fechada e continua a mesma dificuldade para entrarmos e nos manifestarmos, como acontecia com o Cunha. Chegaram ao absurdo de achar que iam entregar uma riqueza do país e iríamos aplaudir”, falou Rangel.

A resistência, porém, continua contra o bombardeio programado para as próximas semanas. “Essa foi uma batalha, outras ainda virão e tenho certeza que conseguiremos demonstrar à população que nós é que estamos certos. Esse projeto que estão levando adiante em nenhuma eleição sairia vencedor”, defendeu, mandando o recado a quem não tem voto.

Por que é um prejuízo?

O PL 4567, inicialmente PLS 131/2015, de autoria do ex-senador e atual ministro José Serra, rasga o regime de partilha (Lei 12.351/2010) aprovado durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Lula instituiu a partilha para garantir que 50% do lucro com os royalties fossem destinados para um fundo social, de onde o governo tiraria recursos para aplicar em educação (75%) e saúde (25%).

A diferença da concessão em relação ao regime de partilha é que no primeiro, devido ao alto risco exploratório, quem ganha o leilão fica com a riqueza. Já na partilha, como toda a região do pré-sal está mapeada e não há risco de perder investimento, o governo determinou um modelo em que o óleo pertence ao país, que cede a área para exploração de quem der maior retorno financeiro.

O PLS 131 foi apresentado por Serra em março do ano passado, quando vazaram documentos que mostravam um acordo entre o ministro com a empresa Chevron para mudar as regras de exploração do pré-sal.

Prejuízo em três frentes

Para a FUP, as mudanças propostas por Serra representam prejuízo de receita, para o emprego e para a engenharia nacional. A empresa vencedora no atual regime abate o custo da exploração do que vai dar ao governo.

Atualmente, quem opera com menor custo é a Petrobrás, a US\$ 8 o barril. Qualquer outra não faria por menos de US\$ 16, o que significa menos recursos para o Estado para as áreas da saúde e da educação.

Como operadora única do pré-sal, a Petrobrás também faria o planejamento e o desenvolvimento da cadeia nacional de fornecedores, gerando emprego no país.

Além disso, a ampliação na produção e exploração gera mais conhecimento e qualificação da tecnologia de perfuração e produção, num desenvolvimento também da engenharia nacional que deixará o país.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF